

POBREZA FEMININA DESVENDANDO SUAS RAÍZES

DOI: 10.5935/2177-6644.20190025

FEMALE POVERTY UNLEASHING
THEIR ROOTS

POBREZA FEMENINA
DESVELANDO SUS RAÍZES

Ania Pupo Vega *

Resumo: Este artigo tem a proposta de avaliar como a pobreza e alguns modos como é entendida e tratada se apresenta como de maior incidência sobre as mulheres. Entender como a pobreza é percebida, vivida e confrontada pelas pessoas requer uma análise das técnicas e metodologias que situam e colocam os indicadores daquela. Já que as mulheres representam a metade da população mundial e estão entre os grupos empobrecidos, levanta-se aqui o questionamento sobre como pobreza e mulheres estão relacionadas e como a cultura contribui para esta relação e também para sua permanência.

Palavras-chave: Pobreza. Mulher. Gênero. Interseccionalidade.

Abstract: This paper aims to evaluate how poverty and some ways in which it is understood presents itself as having a higher incidence on women. Understanding how poverty is perceived, lived and confronted by people requires an analysis of the techniques and methodologies that situate and place the indicators of that. Whereas women represent half of the world's population and are among impoverished groups, the question arises here about how poverty and women are related and how culture contributes to this relationship and also to their permanence.

Keywords: Poverty. Women. Gender. Intersectionality.

Resumen: Este artículo tiene la propuesta de evaluar cómo la pobreza y algunos de los modos de entenderla y tratarla se presenta con mayor incidencia sobre mujeres. Entender cómo la pobreza es percibida, vivida y confrontada por personas requer un análisis de las técnicas y metodologías que situam y ponen los indicadores de aquella. Puesto que las mujeres representan la mitad de la población mundial y están entre los grupos empobrecidos, cuestiona-se aquí sobre cómo pobreza y mujeres están relacionadas y cómo la cultura contribuye para esta relación y también para su permanencia.

Palabras-clave: Pobreza. Mujer. Género. Interseccionalidad.

* Mestra em Psicologia de la Salud na Escuela Nacional de Salud de La Habana - Cuba. Pesquisadora no Centro Félix Varela em La Habana. Doutoranda pela Universidade Federal de Santa Catarina. E-mail: aniapupovega@gmail.com.

“(...) a história das pessoas consiste na história de suas relações sociais”
Saffioti (2002)

Introdução

"A pobreza tem cara de mulher", afirmou um relatório do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) em 1995, depois de confirmar que de 1,3 bilhão de pessoas que vivem na pobreza, 70% eram mulheres e crianças. Este valor, se mantém nos dias de hoje apesar de se reconhecer o declínio do número de pessoas pobres: a cada dez pessoas pobres, sete são mulheres. Mesmo que a cifra tenha sido muito questionada¹, verdade seja dita, num mundo tão positivista esses esmagadores números conseguiram voltar as miradas para o fato de que as mulheres estavam (e ainda estão) engrossando os grupos das pessoas pobres ou mais vulneráveis à pobreza.

As estatísticas também nos dizem que as mulheres não são automaticamente beneficiárias dos programas e estratégias de combate à pobreza e, por vezes, mesmo ações que promovam o crescimento podem piorar a situação das mulheres pobres, caso as causas e condições da pobreza feminina não sejam levadas em conta nos desenhos metodológicos aplicados. Muito recentemente, na década dos 70 do século passado, as posições desvantajosas das mulheres nos contextos mais pobres despertaram interesse em importantes organizações internacionais.

A Plataforma de Ação adotada pela Quarta Conferência Mundial sobre a Mulher, realizada em Pequim em 1995, incluiu a pobreza das mulheres dentro das esferas que precisam de atenção especial por parte da comunidade internacional, os governos e a sociedade civil. A organização reconhece que alguns aspectos da pobreza estão ligados ao gênero², pelo qual as políticas para sua erradicação, tem que colocar o foco nas necessidades das mulheres, especialmente em áreas rurais. Esse novo olhar amplia a definição de pobreza ao incluir a negação de oportunidades e escolhas para elas.

¹ Segundo Marcoux (1998) esta proporção é improvável, pois ela indicaria um desequilíbrio entre a população masculina e a feminina jamais observado em nenhum país ou região e assinala que a estrutura de idade dos pobres é similar à da população como um todo. Dez anos depois Tortosa (2009) também considera que o dado é de difícil constatação empírica. Todas as traduções foram feitas pela autora do artigo.

² O conceito de gênero é enriquecido pelo pensamento feminista. Na década de 70 o uso da categoria gênero foi generalizado para se referir à simbolização cultural sobre a diferença sexual, estabelecendo normas e expectativas sociais sobre os papéis, comportamentos e atributos das pessoas de acordo com seus corpos, até entendê-la como uma construção social e, posteriormente, definida por Scott (1990), como uma forma primária das relações de poder significativas.

Desde 1995 o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) prevê, em seus relatórios anuais sobre o desenvolvimento humano, um índice que primeiro foi chamado Índice de Empoderamento das Mulheres e, posteriormente, Índice de Potenciação de Género. Levando em conta o caráter relacional da categoria gênero, essas análises incluem tanto homens quanto mulheres. Este indicador considera a participação das mulheres na vida econômica e política e é particularmente interessado em comparar a distribuição do Índice de Desenvolvimento Humano e do Índice de Potenciação de Género no mesmo país e no mesmo ano, visando compreender a dimensão de gênero nos processos de empobrecimento ou desenvolvimento humano, embora seja a natureza quantitativa de seus dados repreensível³.

Em 1996, a Comissão sobre a Condição Política e Social da Mulher das Nações Unidas debateu a questão das mulheres e a pobreza e propôs, aos Estados-Membros e à comunidade internacional, adotarem novas medidas. Uma dessas medidas considera que todas as políticas e programas voltados à erradicação da pobreza devem incluir a perspectiva de gênero

Em seu relatório de 1997, o PNUD argumentava que se a dimensão de gênero não é introduzida no desenvolvimento, o próprio desenvolvimento está em perigo. É impossível falar sobre a expansão de oportunidades para as pessoas se as desigualdades existentes não são reconhecidas por causa da construção social do que significa "ser um homem" ou "ser uma mulher", tanto na esfera econômica, quanto na política e/ou na social. Essas afirmações exigem um olhar de gênero para os processos de desenvolvimento e empobrecimento, como tentaremos fazer a partir de agora.

Pontos de Partida

... es ya una "ortodoxia"⁴
afirmar que hay más mujeres pobres que varones pobres;
el constatar que ha sido así
desde que se tienen datos sobre el asunto...
Tortosa (2009)

³ O PNUD declara que, o Índice de Potenciação de Género (IPG), "[...] visa medir a desigualdade de gênero nas principais áreas de participação e tomada de decisões econômicas e políticas" (PNUD, 1997, p. 85). Veja: PNUD (1997) Informe de Desarrollo Humano, México: PNUD. / Este índice foi criado para contabilizar esses elementos no nível do país. Isso pode esconder realidades de outros espaços em uma dimensão subnacional e impactar na concepção e implementação de políticas que visam responder às realidades contextuais e situadas. Além disso, o índice não inclui elementos qualitativos e subjetivos que possam enriquecer e aprofundar as análises.

⁴ Tortosa explica que quando fala de ortodoxia não se refere a um juízo sobre a verdade ou a falsidade dessas afirmações, mas sobre sua difusão nos contextos acadêmicos e políticos.

A pobreza é entendida e tratada como um fenômeno complexo de múltiplas dimensões que permanece em ascensão no presente século em todas as latitudes, com a singularidade de ser um fenômeno feminizado⁵, enquanto se observa, segundo Murguiday (2006), um predomínio crescente de mulheres entre a população empobrecida. A pobreza na América Latina persiste com quantidades desproporcionais, o que têm chamado a atenção de várias organizações internacionais, incluindo a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), cujo papel se ressalta na concepção e implementação de políticas públicas para superá-la.

As ciências sociais mostram contribuições significativas para os estudos sobre a pobreza, nesse sentido destacam-se as ciências econômicas e a sociologia. A prevalência, até hoje, dos olhares marcadamente econômicos é explicada pelas primeiras abordagens do fenômeno procedentes da economia política, embora existam abordagens que incluam dimensões como: a política, habilidades, participação, cultura, exclusão social, desigualdades (de gênero, entre outras) que revelam a multidimensionalidade da pobreza (BAYON, 2009, 2013, 2015; CARRASCO, 1999, 2001, 2011; CHANT, 2003; KABEER, 1996).

No início do século XXI, a dimensão cultural é reconsiderada nos estudos sobre a pobreza considerando os repertórios culturais e das fronteiras simbólicas, proporcionando uma imagem mais sutil, heterogênea e complexa sobre como fatores culturais moldam e são moldados pela pobreza e pela desigualdade (BATHYÁNY, 2008; BAYÓN, 2009, 2013, 2015; YOUNG, 2010). Essas perspectivas teóricas fraturam a ideia de que as pessoas têm uma cultura imóvel, e a sua permanência em contextos singulares afeta como elas ressignificam as realidades do subjetivo e do simbólico.

O pensamento feminista tem dado contribuições importantes à compreensão da pobreza a partir da perspectiva de gênero, ao revelarem elementos que tornam as mulheres vulneráveis em contextos empobrecidos. Nesse sentido, os aportes transparecem à análise da variabilidade cultural dos significados de gênero (OAKLEY, 1972), a subordinação feminina entendida como fenômeno político-social (RUBIN, 1975), a autonomia (CORIA, 1990), as necessidades das mulheres (FRASER, 1991), a

⁵ Na bibliografia é utilizado o termo "feminização da pobreza" cunhado nos EUA no final dos 70. Se inicialmente era um conceito que tornava visíveis as vulnerabilidades das mulheres à pobreza e a super-representação delas em grupos de pessoas pobres, hoje em dia é um conceito muito controverso e sua utilidade para explicar a "realidade" da pobreza feminina é questionada (CHANT, 2007; SEN, 2010).

contribuição econômica das mulheres (BOSERUP, 1995), as desigualdades de gênero (CAGATAY, ELSON & GROWN, 1995), os direitos humanos (FACIO, 1997), a participação das mulheres no mundo do trabalho e a reavaliação do próprio conceito de trabalho, incluindo o doméstico e familiar não remunerado e seu impacto social (CARRASCO, 2001, 2013), a análise das condições de desigualdade, nas quais as mulheres estão inseridas no mercado de trabalho e o acesso aos recursos, onde se destaca o uso do tempo (MILOSAVLJEVIC, 2008); etc.

Outras contribuições importantes tem sido a inclusão de novas metodologias e abordagens, e a expansão dos debates acadêmicos sobre as causas e implicações da pobreza na vida das mulheres (ARENAS, 2004). Também a visibilidade das desigualdades no acesso a bens e distribuição de renda, associados à análise das causas e efeitos da desigualdade de oportunidades e de poder, em conexão com várias formas de discriminação associadas ao gênero (DEERE e LEÓN, 2010)

A Perspectiva de gênero nos estudos de pobreza

Os estudos convencionais para estudar a pobreza adotaram uma perspectiva de gênero aparentemente neutra, embora uma análise mais aprofundada de seus componentes mostra que o referente é sempre o homem. Isso é um olhar que dificulta uma análise multidimensional do fenômeno incorporando uma perspectiva de gênero que torne visíveis as formas particulares pelas quais ele é percebido e vivenciado tanto por homens quanto por mulheres.

Segundo Tortosa (2001, 2002, 2009) não existe neutralidade nas conceitualizações de pobreza, assim como nas metodologias e nos indicadores utilizados para medi-la, das quais dependem as políticas. Esse argumento nos permite enfatizar a necessidade de incluir a perspectiva de gênero nas análises sobre a pobreza. Assim como a ciência não é neutra, o mesmo acontece com as visões dos fenômenos sociais, onde prevalecem os discursos dos grupos hegemônicos.

A pobreza tem sido abordada a partir de diferentes metodologias e existem muitas propostas de técnicas e ferramentas projetadas para sua medição. Entender que a pobreza é percebida, vivida e confrontada diferenciadamente pelas pessoas, requer uma análise dessas técnicas e metodologias, uma avaliação de suas vantagens e desvantagens e a geração de novas medidas que as complementem ou substituam.

Um dos métodos mais utilizados tem sido a medição da pobreza a partir da renda familiar, o que é um indicador quantitativo (em termos monetários) inquestionavelmente muito eficaz para diagnosticar situações de pobreza. Outro fator útil para medir a pobreza são as comparações entre países e territórios, porém ficando limitado a avaliar as dimensões de gênero exclusivamente no interior do lar.

Para complementar o uso de indicadores de renda desde de uma perspectiva mais inclusiva é necessário envolver outras dimensões como saúde e educação, vulnerabilidade e risco, crime, violência e outros fatores ressaltados pelas pessoas pobres como importantes, e que informam sobre as formas desiguais em que afetam homens e mulheres.

A perspectiva de gênero nas análises da pobreza pode fazer ênfase à dimensão cultural, em que as relações humanas são implícitas (incluindo as relações de gênero), cuja construção responde a uma cultura em um espaço que se reproduz em momentos específicos. Tendo em consideração que a pobreza é um fenômeno situado, deve ser fraturado em suas próprias raízes. Nesse sentido Clemente (2016) aponta:

A noção de abordagem situacional é uma abordagem orientada a consignar que o desenho das políticas que visam transformar situações de pobreza persistente e / ou preveni-la deve atender às particularidades do contexto (...) É justamente na heterogeneidade que sustenta-se a necessidade de abordagens que atuem sobre as desigualdades e lacunas que também se reproduzem fortemente no nível micro social (CLEMENTE, 2016, p.22).

A introdução da perspectiva de gênero na análise da pobreza significou uma reviravolta nas conceituações, medições e indicadores referidos antes, enquanto colocou ênfase na complexidade e multidimensionalidade desses processos, assim como de seus efeitos na produção de desigualdades de gênero. Segundo Mateo (2000) não se trata de ver que as mulheres são pobres (ou mais pobres do que os homens), mas que a pobreza é condicionada pelo gênero e esse condicionamento está na base da dinâmica social e familiar que expõe às mulheres a situações de clara desvantagem. Na dinâmica social, as mulheres geralmente ocupam espaços de subordinação e subalternidade, isso tem um impacto sobre sua participação nas estruturas de emprego e sua remuneração, seu acesso a bens e recursos (entre os quais tempo e poder se destacam), sua presença em espaços de poder, entre outros. Nelas repousa o trabalho doméstico e o cuidado de pessoas

dependentes, todo aquele envolvimento na reprodução da vida não é considerado trabalho e, portanto, não é remunerado.

Na análise das principais tendências nos estudos de gênero com implicações para os estudos da pobreza, Chant (2003) sublinha os eixos temáticos ligados ao debate sobre desenvolvimento. O primeiro deles, do final da década de 1970 até meados da década de 1980, teve como principal contribuição documentar a desigualdade das mulheres em termos de renda, a subvalorização do trabalho realizado por elas, e sua invisibilidade nos debates sobre o desenvolvimento.

Segundo Tortosa (2001) não é apenas para ressaltar a natureza multidimensional da pobreza superando sua análise econômica, mas também para dar voz às envolvidas, cujo silêncio nesse ponto foi doloroso. O silêncio ou captura das vozes femininas é também um dos subprodutos que expressam relações de poder quando as hierarquias de gênero se enraízam na sociedade. As vozes das pessoas envolvidas na pobreza, em especial as vozes das mulheres, são imprescindíveis toda a vez que a pobreza não afetar um grupo homogêneo de pessoas e, além disso, confirmar-se a super-representação das mulheres no fenômeno.

Feminização da pobreza: um conceito controverso

Na década de 1980, o impacto das reformas estruturais e ajustes ocorridos na América Latina aprofundou as desigualdades de gênero existentes. As mulheres foram inseridas no mercado de trabalho com marcantes desvantagens com relação aos homens e as políticas públicas de ajuste transferiram para o espaço privado (tradicionalmente feminino) os serviços, subsídios e o atendimento de pessoas dependentes, que passaram a ser assumidos pelo Estado. O termo feminização da pobreza apareceu nesse cenário. Outros indicadores⁶ sociais relacionados ao gênero, como idade, cor da pele, etnia, escolaridade, espaço geográfico, status econômico, status migratório, que afetam a

⁶ As análises interseccionais resultaram do entrelaçamento desses marcadores sociais, razão pela qual constituem uma das contribuições mais importantes dos feminismos decoloniais aos estudos dos processos de empobrecimento ao penetrarem nas heterogeneidades existentes entre as mulheres e suas implicações na situação de pobreza. Neste sentido, Macedo (2008) sugere uma ruptura com qualquer tendência à adoção de explicações reducionistas e simplificadoras de processos multideterminados e historicamente situados, os quais demandam, portanto, uma leitura que interconecte as desigualdades como as de gênero, classe, raça ou etnia e idade ou geração à questão da relação com o Estado, particularmente no que se refere à oferta de políticas públicas.

produção e a reprodução das desigualdades e da exclusão social também se tornam visíveis.

O conceito de “feminização da pobreza”⁷ é introduzido em 1978 pela pesquisadora estadunidense Diana Pearce (BUVINIC e GRUPTA, 1994, p. 24 cit. FERREIRA, 2004, p. 3). A autora pretende tornar visível a super-representação das mulheres em grupos de pessoas pobres e famílias⁸ chefiadas por mulheres, embora isso não seja necessariamente um relacionamento linear. Mesmo reconhecendo que há mulheres pobres que vivem em famílias chefiadas por homens pobres, coloca seu foco nas mulheres que são pobres pelo fato de serem mulheres (PEARCE, 1978). A situação de vulnerabilidade das mulheres como consequência das relações de gênero já era uma preocupação para a pesquisadora, que chamou a atenção para as consequências da independência econômica das mulheres que se reflete em dados quantitativos. Segundo a autora, o preço dessa independência tem sido seu empobrecimento e a dependência sobre o bem-estar (PEARCE, 1978, p. 30).

Com relação ao conceito de feminização da pobreza estamos de acordo com Bradshaw (2002) ao considerar a ênfase na forma como as experiências de pobreza entre as mulheres é diferente à dos homens e como entre as próprias mulheres as experiências são diversas. Além disso, a autora adverte que existem diferenças entre o conceito e a mulher chefe de família. O notável nisso é que se tornou visível a super-representação das mulheres nos grupos de menores vantagens. Seguindo esta linha de pensamento, podemos entender que a experiência da pobreza está estreitamente relacionada com a

⁷ O conceito foi discutido no artigo intitulado *Feminização da pobreza e o subtítulo Mulher, trabalho e assistência social*, publicado na *Urban and Social Change Review*, mas começou a ser usado no pensamento feminista desde a Conferência de Pequim em 1995.

⁸ Para Pearce (1978) essas famílias são aquelas onde há apenas um adulto do sexo feminino e nenhum adulto do sexo masculino. Posteriormente (1994) o conceito foi ampliado pelas Nações Unidas no texto *Improving concepts and methods for statistics and indicators on the situation of women* relacionando três tipos de domicílio chefiado por mulheres: domicílios compostos por somente uma pessoa; domicílios onde há mulheres e crianças, mas não homens adultos; domicílios onde há homens adultos presentes, mas devido à invalidez, desemprego, alcoolismo ou outros fatores, uma mulher é a principal provedora econômica. Acredito que a classificação feita pela ONU desconsidera a possibilidade das mulheres liderar suas famílias como a presença de um adulto apto física e mentalmente. Ou seja, a ONU concebe que onde há uma presença masculina, as mulheres apenas desempenham papéis marginais e subordinados e não as reconhece como protagonistas. Resulta importante sublinhar que este é um discurso dos anos noventa, feito pela ONU, cuja voz é hegemônica nas visões de desenvolvimento. No entanto, muitas mulheres com chefes de família masculinos em suas casas também sofrem uma maior incidência de pobreza do que outros membros do lar. A chamada pobreza secundária, devido às relações de poder que favorecem os homens (CHANT, 1999; Linneker, 2003). Para aprofundamentos, ver Sarah Bradshaw and Brian Linneker in *Perspectives on gender and poverty reduction strategies from Nicaragua and Honduras*, disponível em: <https://pdfs.semanticscholar.org/d761/19ea431bfeacb23bc812a2951277714b17ac.pdf>

construção do feminino e do masculino, mas também a pluralidade dos grupos de mulheres pobres, em tanto elas não são um grupo homogêneo. Além do gênero, existem outros marcadores sociais que podem imprimir certas oportunidades ou acrescentar vulnerabilidade à pobreza.

Pérez Orozco (2003) aponta duas maneiras de interpretar o termo “feminização da pobreza”. Uma fundamentalmente descritiva que faz referência à composição maioritariamente feminina da população pobre ou a um maior incremento das mulheres com relação aos homens nessa situação num determinado período. A segunda é analítica e pretende apontar à categoria gênero como uma estrutura social responsável pelas diferenças nas maneiras de lidar com a pobreza de homens e mulheres. O segundo enfoque pode ser considerado, ainda segundo esta autora, como as análises da pobreza com perspectiva de gênero ou as análises de gênero da pobreza.

Chant (2006) considera que, embora as pessoas usem frequentemente o termo “feminização da pobreza” sem qualquer elaboração, elas usam a renda como referência principal para esta caracterização. A autora refere-se aos três elementos mais utilizados nesse sentido: as mulheres representam uma porcentagem desproporcional da pobreza global; esta tendência está a aumentar; e o aumento da proporção feminina de pobreza está relacionado com a crescente da incidência de mulheres liderando um lar.

Em relação ao termo, Aguilar fala de um processo da cristalização⁹ do conceito e reflete que:

[...] não é claramente "fortuito", considero que é o efeito global dos múltiplos processos em que a instalação da "feminização" da pobreza e suas definições operativas como fato consumado não ocorre no vácuo, mas está configurada em sentidos anteriores sobre os lugares socialmente construídos para mulheres e homens, suas condições de vida e a definição de estratégias de intervenção sobre os problemas sociais hegemônicos em cada momento (AGUILAR, 2011, p.128-129).

A autora considera que é evidente uma preocupação pelas formas visíveis do fenômeno a partir do diagnóstico da feminização, expressado no aumento de domicílios chefiados pelas mulheres), mas não pelo conjunto das causas a partir das quais as

⁹ A autora expõe esses argumentos em oposição ao termo *fortuito* usado por Sylvia Chant (2005) para entender a evolução e o uso do conceito de *feminização da pobreza*.

famílias com essa característica, em particular, têm como necessária correlação a desigualdade ou a vulnerabilidade de seus membros (AGUILAR, 2011).

De uma perspectiva crítica, Tortosa analisa os índices mais utilizados para fazer visível a maior vulnerabilidade das mulheres para viver em condições de pobreza, e conclui que:

Afinal, a "feminização da pobreza" não é para as mulheres em geral, mas para as mulheres em situações específicas de vulnerabilidade adicional, isto é, situações que adicionam vulnerabilidade ao que a discriminação já implica como mulher, tornando-a mais visível em alguns casos ("as de baixo") do que em outros ("as de cima") e em alguns países (periféricos) do que em outros (centrais) (TORTOSA, 2006, p. 86).

O autor descreve uma dupla discriminação. A primeira, parte do fato de se ser mulher, à qual se pode acrescentar outras específicas que incrementam a sua vulnerabilidade, como o divórcio, a viuvez, a incapacidade de...., entre outras, e que conforma um panorama que particulariza as situações das mulheres segundo seus contextos e trajetórias de vida a partir da classe, etnia, status migratório, escolar, laboral, econômico, só para citar alguns dos possíveis diferenciadores.

Em apoio a esta ideia, vale a pena destacar alguns argumentos de Mohgadam (2005): nos países desenvolvidos, a pobreza é relativa e não absoluta, as desigualdades intrafamiliares severas não existem, e o sucesso educacional das mulheres e a participação em empregos remunerados é alto. No entanto, os agregados familiares chefiados por mulheres podem ser mais vulneráveis a padrões de vida mais baixos, por causa de suas taxas de desemprego mais elevadas e seus rendimentos mais baixos em relação aos homens. Nos países onde o emprego das mulheres não é muito extenso, como na Áustria e na Itália, os dados do Luxemburgo Estudo de renda mostraram que a estabilidade do casamento e as baixas taxas de divórcio constituíam um fator por trás do relativo bem-estar de mulheres e crianças. O outro fator crítico envolvido na pobreza ou bem-estar de mulheres de famílias de baixa renda é a natureza do Estado, incluindo o regime de bem-estar e o tipo de políticas sociais disponíveis para mulheres, crianças e famílias (p. 30). Mas essas desigualdades também têm uma expressão em níveis micro políticos. Clemente (2016, p.15) ressalta a natureza situacional que a pobreza urbana adquire em territórios específicos e aparentemente homogêneos (vilas, assentamentos,

conjuntos habitacionais, etc.), a qual explica que uma mesma estratégia de política social pode obter resultados muito diferentes dependendo do contexto final de aplicação.

Para constatar a feminização da pobreza ainda hoje reconhece-se a existência de grandes dificuldades nas ferramentas estatísticas utilizadas para avaliar o fenômeno, assim como no desenho dos indicadores que lhe dão conteúdo e na compreensão dos condicionamentos estruturais de gênero que permanecem na sua raiz. É emergente reconhecer que as posições de mulheres e homens frente à pobreza são diferentes, assim como também são muito diversas as experiências de lidar com as carências (termo frequentemente empregado para defini-la).

Segundo Arias (2013), outro dos problemas metodológicos que encontramos tem sido o uso das pessoas como unidade de análise para se estudar a pobreza, desconsiderando que o fenômeno é vivido o interior das famílias e dos relacionamentos que acontecem nesses espaços. Por isso, resulta importante pesquisar as pessoas, indagar as desigualdades em relação à experiência de pobreza, o uso do tempo e a distribuição de recursos, que nem sempre é equitativa. As mulheres adiam o seu bem-estar desde sua construção do gênero, do feminino, o que implica, em grande parte, que as mulheres são seres para os “outros” (e outras), e isso faz com que suas necessidades sejam colocadas em segundo plano, privilegiando os interesses daquelas pessoas sob seus cuidados.

Para Fraser (1996), seguindo essa linha de pensamento, o gênero resulta de uma coletividade bivalente que engloba não apenas uma dimensão econômica, também estrutura modelos culturais dominantes de interpretação e valoração que privilegiam o androcentrismo. Os argumentos de Sen (1993) são muito valiosos para essas análises porque não consideram suficiente analisar as diferenças de renda nem sua distribuição na dinâmica doméstica. O autor propõe que se focalize no grau de satisfação das necessidades e no bem-estar realmente alcançados por homens e mulheres. Aponta ainda que as diferenças entre os gêneros não são uma questão de diferenças de renda e sim de liberdades desiguais. Para Dubet (2010), desde uma perspectiva de gênero, o paradigma da igualdade de oportunidades é especificamente problemático para as mulheres, porque existem mecanismos de desigualdade que foram instalados na estrutura social. Nesses mecanismos se colocam as causas das condições de desvantagem das mulheres.

Os argumentos expostos dão conta da complexidade dos estudos de pobreza e reconhecem a sua multidimensionalidade, para além de contemplar só os aspectos

econômicos. Uma das dimensões úteis incorporadas nesses estudos são as capacidades, propostas por Amartya K. Sen e Martha Nussbaum¹⁰ (1998).

Nussbaum (2003) defende o enfoque das capacidades proposto por Sen porque resulta útil para desenvolver uma teoria de justiça de gênero e aplicá-la às mulheres em seu contexto cultural e social. Do mesmo modo, o discurso das capacitações tem grande relevância para o desenvolvimento humano. A abordagem projeta a aceitação da complexidade do tema, sendo que o enfoque foi inspiração para inúmeras pesquisas que produziram mudanças na compreensão da pobreza e na forma de erradicá-la. Uns dos estudos baseado nas capacidades¹¹ conclui que dentre os pobres, as mulheres são as que apresentam maiores restrições em seu conjunto de capacidades, o que deve ser digno de atenção para a construção de políticas públicas. (BAGOLIN et al, 2012, p. 406)

Mais recentemente, Valls et. al (2017) apontaram que as estatísticas oficiais são cegas ao gênero, e destacam entre as carências que elas apresentam: a análises da renda e não do patrimônio a partir do gasto na determinação do nível de vida; o fato de ser baseado nos domicílios privados e excluir o problema da exclusão residencial; e os problemas de comparação derivados da concepção relativa de pobreza que tornam possível, por exemplo, que o mesmo domicílio seja considerado em risco de pobreza em uma sociedade e não em outra.

Para os autores, há outras carências que afetam os resultados com relação ao gênero¹² e eles enumeram sendo as mais relevantes: o mecanismo de considerar a renda do domicílio, para o qual sugerem romper o véu metodológico que supõe abordá-lo

¹⁰ Nussbaum criticou Sen por não ser suficientemente específico na definição de capacidades, nem apenas naquelas que podem ser consideradas básicas. Isso o levou à elaboração de uma lista de dez "capacidades humanas básicas" para "viver uma vida com dignidade", definida como objetivos gerais que podem ser concretizados para cada sociedade específica. A lista inclui objetivos como "ser capaz de viver uma vida de longevidade normal, isto é, sem morrer prematuramente ou sem a pessoa ser reduzida a um estado que não merece viver" ou "ser capaz de formar uma ideia do que é bom e refletir sobre planejando nossas próprias vidas." Para aprofundar veja: NUSSBAUM, Martha. Capabilities as fundamental entitlements: Sen and social justice. *Feminist Economics*, Volume 9, 2003. Disponível em: <https://philpapers.org/archive/NUSCAF.pdf>

¹¹ Os autores que colocam as referências teóricas em estudos de pobreza focados nas capacidades são: Sen (1982, 2000), Nussbaum (1999, 2000), Comin (2001), Comin e Bagolin (2002), Chiapero Martinetti (2000), Qizilbash (2002) dentre outros.

¹² Os autores fazem uma proposta metodológica alternativa para superar o viés metodológico da ausência da perspectiva de gênero nas análises de pobreza. Para esse propósito incorporaram o princípio da autonomia que determina o risco de pobreza nas pessoas colocando a renda gerada por elas próprias e contemplando-as como um lar unipessoal. A população de 0 até 15 anos é excluída e aquelas que falam que se encontram estudando pelo viés que a sua dependência econômica pode produzir sob os resultados globais. Para aprofundamentos, vide VALLS et al. (2017), disponível em: <http://ajuntament.barcelona.cat/dretsocials/sites/default/files/revista-castellano/revista-barcelona-societat-21-cast.pdf>

como unidade homogênea nas análises em termos de renda; o excessivo enfoque da renda monetária, que exclui das análises as atividades ou condições que não trazem retribuição, para o qual propõem quantificar os custos do trabalho reprodutivo; a ausência de variáveis chave para análises de gênero nos questionários; e, por último, a dificuldade de relacionar uma perspectiva micro (o que acontece no lar, por exemplo) com uma perspectiva macro (o acesso ao poder na sociedade, por exemplo) nas estatísticas oficiais, de forma a identificar as relações de poder assimétricas que acontecem no lar, contemplando os processos de discriminação pública.

Identifica-se consenso em entender a pobreza como um fenômeno multidimensional e dinâmico, onde múltiplos fatores são cruzados para oferecer uma conotação política que torna visíveis as posições singulares das mulheres tanto dentro das famílias quanto na sociedade. Nesse sentido, Kabeer esclarece que:

Poverty has not always been analysed from a gender perspective. Prior to the feminist contributions to poverty analysis, the poor were either seen as composed entirely of men or else women's needs and interests were assumed to be identical to, and hence subsumable under, those of male household heads. Gender research and advocacy has challenged the gender-blindness of conventional poverty measurement, analysis and policy in a number of different ways (KABEER, 1998, p. 1).

(Des)Vendando as raízes das desigualdades

... embora a alegação de que a maioria dos pobres do mundo sejam mulheres não possa ser justificada, a posição desfavorecida das mulheres é indiscutível.
Mohgadam (2005)

Segundo Kabeer (1992), a transmissão intergeracional da privação e vulnerabilidade é um dos mecanismos causais e circulares que reproduzem e exacerbam a pobreza das mulheres, de modo que as desigualdades de gênero, particularmente aquelas relacionadas ao acesso e à satisfação de necessidades básicas, não pode ser entendida a partir da abordagem holística da "pobreza", porque as assimetrias de gênero históricas, presentes e futuras, são diluídas.

As pesquisas sobre pobreza tradicionalmente têm colocado o foco nas dimensões económicas sem atender as necessárias ênfases na relação estrutural entre homens e

mulheres, onde se encontra a causa das desigualdades existentes. Retomando os argumentos de Gonçalves (2010), a igualdade é construída socialmente e esta, por sua vez, difere em cada sociedade por meio dos valores atribuídos às relações sociais e dos critérios de distribuição dos recursos que estruturam a vida social. Segundo o autor, do ponto de vista econômico-social, a desigualdade não pode ser pensada enquanto um conceito em si, só tendo sentido se estabelecidas as relações históricas e inter-relacionadas entre os papéis sociais e as estratificações que colocam os sujeitos em posições favoráveis ou desfavoráveis em termos de lugar social (p. 577). Resulta importante pensar que as mulheres têm sido colocadas em posições desfavoráveis, assunto que por muito tempo (e até hoje) foi/é naturalizado.

A divisão sexual do trabalho responde a essas configurações e gera assimetrias entre os gêneros pois designa atividades específicas a serem desenvolvidas por homens e mulheres. As realizadas por mulheres ocorrem dentro do lar, não são remuneradas, não são consideradas trabalho e, portanto, não são valorizadas ou feitas visíveis pela sociedade, entendida como "naturalmente" designada; enquanto os homens são destinados a um mundo público, atraente e desafiador, produtivo no desempenho de atividades entendidas como trabalho, remuneradas e altamente valorizadas. Os espaços estiveram nitidamente definidos pelo gênero tanto na sociedade quanto na família, assim como seus papéis, o privado/doméstico e a subordinação, foram os destinos mais comuns para as mulheres.

Para Gonçalves (2010), importa compreender como o sujeito feminino é construído dentro das estruturas de dominação sócio espaciais, o modo como é representado, o lugar na família, bem como suas formas de responsabilização. O autor aponta que é necessário lembrar que o padrão dominante de família instituído nas sociedades industrializadas conferiu à mulher o espaço dos cuidados domésticos e afetivos (p.580), e aos homens a esfera pública e o poder.

A construção do feminino é definida por Lagarde em termos de cautiverio¹³. Ao respeito, a autora aponta:

¹³ Lagarde refere-se ao cativo como uma síntese do fato cultural que define o estado das mulheres no mundo patriarcal. A autora considera que o cativo define politicamente as mulheres em sua relação com o poder e enfatiza que as elas têm sido, historicamente, privadas da possibilidade de escolher e decidir sobre suas próprias vidas e sobre o mundo.

La condición genérica de la mujer ha sido construida históricamente, y es una de las creaciones de las sociedades y culturas patriarcales. El poder define genéricamente la condición de las mujeres. Y la condición de las mujeres es opresiva por la dependencia vital, la sujeción, la subalternidad y la servidumbre voluntaria de las mujeres en relación con el mundo (los otros, las instituciones, los imponderables, la sociedad, el Estado, las fuerzas ocultas, esotéricas y tangibles).

También es opresiva la condición genérica por la definición de las mujeres como seres carentes, capaces de renuncia, cuya actitud básica consiste en ser capaces de todo para consumir su entrega a los otros, e incapaces para autonomizarse de ellos. Esta incapacidad de las mujeres para constituirse en sujeto constituye la impotencia aprendida. He llamado cautiverio a la expresión político - cultural de la condición de la mujer. Las mujeres están cautivas de su condición de genérica en el mundo patriarcal (LAGARDE, 1993, p. 36 - 37).

A vida das mulheres tem sido marcada a partir da construção de gênero pelas privações. Nessa linha das necessidades, Kabeer (1998) propõe olhar para a pobreza como privação em dois sentidos: a privação tanto das necessidades quanto dos meios para satisfazê-las. Refere-se às necessidades de alimentação, habitação, vestuário, educação, saúde e outras formas menos visíveis como isolamento, vulnerabilidade e relações de dependência. O exercício da cidadania e a conquista dos direitos são, segundo a autora, alguns dos meios para satisfazer essas necessidades. Neste sentido a autora entra no contexto dos direitos, os quais são também nitidamente diferenciados a partir dos gêneros.

Mohgadam (2005) chama a atenção sobre a possibilidade de determinar os vínculos entre a pobreza das mulheres e as desigualdades sociais existentes, ou a emergência de pesquisar a interseção de classe e gênero. Aponta que se a pobreza é definida pela renda e o consumo, ou por falta de direitos e capacidades. É claro que a pobreza ou a vulnerabilidade a ela é atributo de alguns grupos sociais mais do que outros. E adiciona que “em qualquer sociedade, as mulheres são distribuídas em diferentes classes sociais e categorias de renda / consumo, e experimentam diferentes padrões de vida e qualidade de vida” (p. 27).

Essas análises nos desvendam a necessidade de reconhecer que a pobreza é perpassada por outros marcadores sociais como a cor da pele, a idade, os espaços, a etnia, e outros. Nesta linha resulta muito importante a seguinte referência:

Se analisarmos o fenômeno da pobreza a partir de uma perspectiva de intersetorialidade e da combinação da desigualdade de gênero

com outros fatores de desigualdade como origem ou idade, vemos como essa pobreza feminina aparece nos rostos de mulheres migradas, mulheres mais velhas ou as mulheres que apóiam as famílias monomarentais (ORTIZ, 2017, p.2).

Além das relações entre gênero e pobreza, é preciso problematizar o risco da generalização de leituras que reforçam estereótipos de vulnerabilidade e pobreza, homogeneizadores de uma realidade que – sem negar as dificuldades objetivas enfrentadas por esse grupo social – não é monocromática e demanda, portanto, uma análise capaz de reconhecer a existência de uma complexidade que não pode ser contida em modelos estereotipados como “mais pobre entre os pobres” (LAVINAS, 1996; GONZÁLEZ DE LA ROCHA, 1999, apud, MATETO, 2008, p.395).

Para Pérez Orozco (2003) os vieses de gênero no mercado de trabalho implicam uma primeira e crucial discriminação das mulheres no acesso aos recursos monetários. Argumento complementado pela afirmação de Valls e Belzunegui (2014) que apontam que a pobreza das mulheres está diretamente relacionada à posição de subordinação delas no mercado de trabalho, posição que configura trajetórias laborais fragmentadas, dominadas por empregos que garantem recursos escassos.

Referindo-se ao trabalho Ortiz aponta que:

Uma concepção de trabalho capitalista e patriarcal que ignora tarefas não-mercantis converte aquelas pessoas que trabalharam a vida toda cuidando e possibilitando a vida, nas esquecidas do sistema previdenciário e nos mecanismos de proteção para as pessoas idosas. O escasso valor que o mercado dá às tarefas tradicionalmente feminizadas também contribui para as baixas contribuições das mulheres e sua proteção social, que é mais fraca do que a dos homens (ORTIZ, 2017, p. 2).

O trabalho doméstico não remunerado¹⁴ é principalmente realizado por mulheres e constitui um dos focos de análise da perspectiva de gênero. Um ponto de partida importante para valorizá-lo e torná-lo visível é o próprio fato de considerá-lo trabalho. Outro seria quantificar o tempo dedicado à sua realização (dentro do volume da carga de trabalho) e igualá-lo em termos de dinheiro, levando em conta as atividades de manutenção e reprodução da vida. É importante ver o que isso impacta no PIB de um país. A socióloga Rosario Aguirre (2006) distingue quatro tipos de trabalho não

¹⁴ Atualmente existem propostas para medir e atribuir valores monetários ao trabalho doméstico para fazer avaliações sobre sua contribuição para o PIB.

remunerado: trabalho de subsistência; trabalho doméstico; trabalho de cuidado familiar; e trabalho voluntário ou serviço comunitário.

Carrasco (1999) coloca ênfases no fato de que o trabalho doméstico feminino além de garantir a reprodução das forças produtivas (trabalho e capital), não é social e economicamente valorizado e, portanto, é implicitamente invisível dentro do mesmo fenômeno de exploração. Toda mulher que tem um emprego remunerado (con)vive com uma mulher dedicada à vida doméstica, em menor ou maior grau, com um valor simbólico maior ou menor, mas sempre nessa dualidade. Nesse sentido, Tortosa (2001) afirma que a vida das mulheres é afetada pela desvalorização cultural do feminino. A oposição trabalho / família expressa, assim, a identificação prioritária das mulheres com a família e, portanto, com o privado, e dos homens, com a esfera trabalhista e pública.

O tempo é uma categoria útil para entender as limitações das mulheres, enquanto a dedicação ao trabalho não remunerado limita seus espaços-tempos para o lazer, o desenvolvimento pessoal e profissional (menos oportunidades de treinamento que impactam nos empregos de menor remuneração e avaliação social), a incorporação na dinâmica laboral, social e política (onde as mulheres muitas vezes se autolimitam quando entram em conflito com a vida familiar), num sentido geral, trunca as suas liberdades. Esses elementos nos permitem afirmar que a pobreza do tempo é um dos fatores que afetam o empobrecimento das mulheres. Segundo Tortosa (2001) a fragilidade da igualdade alcançada é demonstrada através dos tempos dedicados ao trabalho doméstico no ambiente familiar por homens e mulheres. Dito de outra forma, não se trata de ver que as mulheres são pobres, mas que a pobreza é condicionada pelo gênero (JACKSON, 1998; CAGATAY, 1998, apud. MATEO, 2000).

Estudos sobre o uso do tempo são relativamente recentes em países da América Latina. Resultados de pesquisas aplicadas em Cuba¹⁵ (2001), México (2002), Chile (2007), Venezuela (2009) e Uruguai (2003 em Montevideu e a área metropolitana e em 2007 em uma pesquisa nacional), entre outros (MILOSAVLJEVIC, 2008). Estas pesquisas demonstraram as desigualdades entre mulheres e homens com relação ao uso do tempo como recurso. Mohgadam (2005) assevera que elas trabalham mais horas do que os homens nas atividades produtivas e reprodutivas, e ainda ganham menos que os homens. Sobre o assunto, Paulilo aponta:

¹⁵ Para consultar os resultados: Pesquisa sobre o Uso do Tempo (Cuba, 2001). Disponível em: <http://www.one.cu/publicaciones/enfoquegenero/tiempo/eut.pdf>. Em Cuba a experiência se repete no ano 2015.

Invariável é a convicção de que o trabalho feminino é mais barato. Essa constatação é frequente na literatura sociológica sobre a força de trabalho feminino nas cidades: as profissões consideradas femininas têm remuneração sempre inferior à daquelas consideradas masculinas. Mesmo em profissões iguais e cargos iguais, os dois sexos tem remunerações distintas (PAULILO, 2016, p. 110).

O tema da participação das mulheres vai além dos contextos laborais e familiares, pois mulheres são também excluídas da participação política, o que reduz as suas possibilidades de ter voz para dar a conhecer suas necessidades singulares. A categoria *poder* resulta central nas análises de gênero. Para Scott (1996), por exemplo, o gênero é um elemento constitutivo das relações baseadas nas diferenças que distinguem os sexos e, por sua vez, uma forma primária de relações significantes de poder (p. 289). Qualquer questão sobre a posição das mulheres nas estruturas sociais, assim, leva implícito um olhar para as relações de poder, o que permite aprofundar nas análises e propor ações que não reproduzam as situações de desvantagem, invisibilidade e ausências dos grupos menos favorecidos, onde as mulheres são geralmente presentes. Isto é, propostas voltadas para o seu empoderamento.

Segundo Saffioti (1994), até o presente, as mulheres têm sido mantidas afastadas das políticas dos direitos humanos. A ausência de mulheres em espaços de poder responde ao critério de serem espaços exclusivos para homens, para os quais elas não são treinadas. Biroli (2012) argumenta que o critério de que as mulheres não estão, exatamente, no foco de suas preferências e decisões. Além disso, as mulheres construiriam os seus interesses a partir da posição dos homens nessas relações, o que pode argumentar a visão de que as mulheres não são política, moral e eticamente competentes.

Nesse sentido, reforça-se a conformação da dependência e da subordinação das mulheres, elemento que engrossa as causas de estar enclausurada nos processos de empobrecimento dos quais é difícil sair, e também robustece a ideia de que elas não são competentes para se sustentar, econômica e emocionalmente. Este é um dos pontos mais importantes a desmontar no processo de empoderamento das mulheres como uma das alternativas para escapar da pobreza.

Biroli (2012) afirma que as hierarquias de gênero produzem preferências e identidades que reafirmam a posição de subordinação e vulnerabilidade relativa das

mulheres. Esta é uma das bases para a crítica das preferências já produzidas como ponto de partida para a análise e formulação de políticas.

Considerações finais

As mulheres representam a metade da população mundial e são a maioria entre os grupos mais empobrecidos, levando-se em conta que, respondendo à construção cultural de serem responsáveis pelo cuidado da família (crianças e pessoas dependentes), elas seguem seus destinos. Os estudos de gênero e pobreza revelaram as desigualdades mais invisíveis entre homens e mulheres e as desvantagens marcantes para elas em relação ao acesso a recursos econômicos, ao tempo (também entendido como um recurso) e ao poder.

Mais importante do que concordar (ou não) com o termo “feminização da pobreza” é preponderante reconhecer que uma tal leitura tem resultado útil para fazer visível, além das cifras das mulheres que vivem em condições de pobreza (as quais são gritantes), as causas estruturais, culturais e históricas que têm influência sobre a configuração e vivência do fenômeno em condições de extrema desvantagem para as mulheres.

Penso que os argumentos de Mohgadam resumem, de certa forma, a intencionalidade deste artigo na medida que faz referência a três maneiras pelas quais as mulheres, globalmente, são especialmente severas vítimas da pobreza:

Primeiro, as desigualdades de gênero e o baixo desempenho dos direitos e capacidades das mulheres em muitos países colocam às mulheres em desvantagem face aos homens e face a uma série de condições de empobrecimento. Elas também são mais vulneráveis a condições altamente exploradoras. Segundo, elas trabalham mais horas do que os homens nas atividades produtivas e reprodutivas, e ainda ganham menos que os homens. Terceiro, sua capacidade de sair da pobreza é circunscrita por restrições culturais, legais e trabalhistas em sua mobilidade social e ocupacional. Essas “pré-condições” são exacerbadas pelo ambiente político neoliberal e pela distribuição desigual de recursos. Por estas razões, a pobreza pode muito bem ser mais crônica entre as mulheres e mais transitória entre os homens. A realização dos direitos humanos das mulheres e o seu empoderamento é, portanto, um ingrediente-chave da luta maior contra a pobreza e pelos direitos humanos (MOHGADAM, 2005, p.31-32).

Referências

AGUILAR, Paula. La feminización de la pobreza: conceptualizaciones actuales y potencialidades analítica. **R. Katál.**, Florianópolis, v. 14, n. 1, p. 126-133, jan./jun. 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rk/v14n1/v14n1a14.pdf>. Acesso em 2 de junho de 2018.

AGUIRRE, Rosario; ARRIAGADA, Irma; BENERÍA, Lourdes; FAUR, Eleonor Faur; FLORO, María S. ; GHERARDI, Natalia; MESSIER, John; PAUTASSI, Laura C.; RICO DE ALONSO, Ana. La perspectiva de género en el análisis de los procesos de empobrecimiento. La medición del uso del tiempo y del trabajo no remunerado. In: **La persistencia de la desigualdad Género trabajo y pobreza en América Latina. Parte I: Género y trabajo en América Latina**. Editora Gioconda Herrera. Quito, Ecuador. Primeira edição novembro de 2006, p. 91 – 140. Disponível em: <http://www.flacsoandes.edu.ec/libros/digital/49274.pdf>. Acesso em 20 de fev de 2015.

ARENAS, A. **La pobreza y los estudios de Género**. Seminario sobre Pobreza en América Latina y Estrategia Nacionales para su superación, Colombia, 2004.

ARIAS, María de los Ángeles. Los debates sobre la relación entre las mujeres y el desarrollo. Aportes y críticas desde el feminismo. In: ARIAS GUEVARA, María de los Ángeles; PUPO VEGA, Ania; TORRALBAS FERNÁNDEZ, Aida (Comps.). **Rompiendo Silencios. Lecturas sobre Mujeres, Géneros y Desarrollo Humano**. La Habana: Editorial de la Mujer, 2013. p. 78-94.

ARRIAGADA, I. **Dimensiones de pobreza y políticas desde una perspectiva de Género**. 2003 Disponível em: http://www.cepal.org/mujer/reuniones/pobreza/sra_arriagada.pdf. Acesso em: 20 de jan de 2015.

BAGOLIN, Izete; TOMAZ, Osmar; COMIM, Flavio. Gênero e pobreza multidimensional no município de Porto Alegre, Rio Grande do Sul. **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 21, n. 2 (45), p. 387-408, ago. 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ecos/v21n2/a07v21n2.pdf>. Acesso em 15 de junho de 2018.

BATHYÁNY, Karina. Pobreza y desigualdades sociales. Una visión desde el género. **Papeles de población**. vol. 14, núm. 57, julio-septiembre, 2008, p. 193-207, Universidad Autónoma del Estado de México. Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=11205708>. Acesso em: 2 fev de 2015.

BAYÓN, María C. Oportunidades desiguales, desventajas heredadas: Las dimensiones subjetivas de la privación en México. **Revista Espiral**. Estudios sobre Estado y Sociedad, v. xv, n. 44, p. 163-198, 2009. Disponível em: www.redalyc.org/pdf/138/13804405.pdf. Acesso em 2 de fev de 2015.

_____. Hacia una sociología de la pobreza: la relevancia de las dimensiones culturales. **Estudios Sociológicos**, v. 91, p. 87-112, 2013. Disponível em: www.redalyc.org/pdf/598/59830136004.pdf. Acesso em 2 de fev de 2015.

_____. La construcción del otro y el discurso de la pobreza. Narrativas y experiencias desde la periferia de la ciudad de México. **Revista Mexicana de Ciencias Políticas y Sociales**. Nueva Época, Año LX, n. 223. enero-abril, p. 357-37, 2015. Universidad Nacional Autónoma de México ISSN-0185-1918. Disponível em:

www.revistas.unam.mx/index.php/rmcpys/article/view/45390. Acesso em 10 de fev de 2015.

BIROLI, Flávia. Agentes imperfeitas: contribuições do feminismo para a análise da relação entre autonomia, preferências e democracia. **Revista Brasileira de Ciência Política**, n 9, p. 7-39, 2012. Brasília. Disponível em: www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103...script=sci_abstract... Acesso em 6 de julho de 2017.

BOSERUP, Esther. Woman's Role. In: **Economic Development**. New York, 1970. Resenha por Justa Montero. Em: Papeles No. 56 "Pekín y el debate internacional sobre la mujer", 1995, sin paginar.

BRADSHAW, S. **Gendered Poverties and Power Relations: Looking Inside Communities and Households in Nicaragua**. Managua. ICD Embajada de Holanda. Fundación Puntos de Encuentro, 2002.

ÇAGATAY, Nilüfer; ELSON, Diane e GROWN, Caren. "Introduction". *World Development*, vol. 23, n° 11, p. 1827-1836, 1995.

CARRASCO, Cristina. **Mujeres y economía. Nuevas perspectivas para viejos y nuevos problemas**, Icaria & Antrazyt, Barcelona, 1999, p. 11–55. Disponível em: http://www.scielo.org.mx/scielo.php?script=sci_nlinks&ref=961156&pid=S0187-5795200800020000700010&lng=es. Acesso em: 12 jan de 2015.

_____. La valoración del trabajo familiar doméstico: Aspectos políticos y metodológicos. In **El género en la economía**. Centro de Estudios de la Mujer -Isis Internacional, Santiago de Chile, 2001, p. 27.

_____. La economía del cuidado: planteamiento actual y desafíos pendientes. **Revista de Economía Crítica**, n°11, primer semestre 2011, ISSN: 2013-5254, 2013. Disponible en: <http://w110.bcn.cat/fixers/dona/dossiercourseconomia.893.pdf>. Acesso em 20 nov 2014.

CLEMENTE, Adriana. La pobreza como un fenómeno situado. Notas para un abordaje. **Revista Perspectivas de Políticas Públicas**. Año 6, n 10 (jan - jun) p. 13 – 27, 2016. ISSN 1853-9254. Disponível em: <http://revistas.unla.edu.ar/perspectivas/article/view/1014/958>. Acesso em 2 de junho de 2017.

CHANT, Sylvia. **Nuevas contribuciones al análisis de la pobreza: desafíos metodológicos y conceptuales para entender la pobreza desde una perspectiva de género**. Serie mujer y desarrollo #47. Santiago: CEPAL, Unidad Mujer y Desarrollo, 2003.

_____. Re-thinking the «feminization of poverty» in relation to aggregate gender indices. In: **Journal of human development**, 7 (2), p. 201–220, 2006. Disponível em: http://eprints.lse.ac.uk/2869/1/Re-thinking_the_feminisation_of_poverty_%28LSERO%29.pdf. Acesso em 20 dez de 2011.

_____. **Gender, Generation and Poverty: Exploring the "Feminisation of Poverty" in Africa, Asia and Latin America**. Cheltenham, Edward Elgar, 2007.

CORIA, Clara. **Poder-Dinero-Dependencia**. Ediciones Argot España. 1990, p. 35.

DEERE, Carmen Diana; LEÓN, Magdalena. **Género, propiedad y empoderamiento.** Tierra, Estado y mercado en América Latina. Bogotá: Tercer Mundo Editores, 2000. Disponível em: <http://www.bdigital.unal.edu.co/1388/3/01PREL01.pdf>. Acesso em 1 de fev de 2009.

DUBET, F. **Repensar la justicia social.** Contra el mito de la igualdad de oportunidades. Buenos Aires, Argentina: Siglo XXI, 2010. Disponível em: http://www.sigloxxieditores.com.ar/pdfs/dubet_repensar_la_justicia_social.pdf. Acesso em 20 de junho de 2018.

FACIO, A. **Cuando el género suena cambios trae.** San José de Costa Rica: ILANUD, 1999.

FRASER, Nancy. La Lucha por las necesidades. Esbozo de una teoría crítica socialista-feminista de la cultura política del capitalismo tardío. In: Del cuerpo de las necesidades. **Debate feminista**, v. 3, marzo, p. 21 – 28, 1991. Disponível em: www.debatefeminista.pueg.unam.mx/wp-content/.../003_02.pdf. Acesso em 2 fev de 2012.

FERREIRA, Maria Salet. **Os estudos sobre feminização da pobreza e políticas públicas para mulheres.** Trabalho apresentado no XIV Encontro Nacional de Estudos Populacionais, ABEP, realizado em CaxambúMG – Brasil, de 20- 24 de Setembro de 2004. Disponível em: <http://www.abep.org.br/publicacoes/index.php/anais/article/viewFile/1304/1268>. Acesso em 30 de junho de 2018.

GONÇALVES, Verônica. Entre paredes e redes: o lugar da mulher nas famílias pobres. **Serv. Soc. Soc.**, n. 103, p. 576-590, jul./set, 2010. São Paulo. Disponível em: www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101 Acesso em 20 de junho de 2018.

KABEER, Nalia. **"Beyond the Threshold: Intra-household Relations and Policy Perspectives"**, Paper prepared for presentation at IFPRI-World Bank Conference on Intra-household Resource Allocation: Policies and Research Methods, IFPRI, Washington, 1992, p.12-14. Disponível em: http://www.scielo.org.mx/scielo.php?script=sci_nlinks&ref=961183&pid=S0187-5795200800020000700037&lng=es. Acesso em: 15 de jan de 2015.

_____. Tácticas y compromisos: nexos entre género y pobreza. In: ARRAIGADA, I.; FLORES, C. **Género y Pobreza.** Nuevas Dimensiones. Santiago, Chile: Isis Internacional, 1998, p. 14-27.

LAGARDE, Marcela. **Los cautiverios de las mujeres:** madresposas, monjas, putas, presas y locas. México D.F.: UNAM, 1993.

_____. **Género y feminismo** – desarrollo humano y democracia. Madrid: Horas & Horas, 1996.

_____. “El género”, fragmento literal: ‘La perspectiva de género’. In: **Género y feminismo.** Desarrollo humano y democracia, Ed. horas y HORAS, España, 1996, p. 13-38. Disponível em: atadraunescodh.unam.mx/catedra/CONACYT/08_EducDHyMediacionEscolar/Contenidos/Biblioteca/Lecturas-Complementarias/Lagarde_Genero.pdf. Acesso em 1 de fev de 2009.

- LAVINAS, Lena. As mulheres no universo da pobreza: o caso brasileiro. **Estudos Feministas**, v.4, n.2, 1996, p. 464-479. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/viewFile/16816/15405> Acesso em mayo 2018
- MACEDO, Márcia dos Santos. Mulheres chefes de família e a perspectiva de gênero: trajetória de um tema e a crítica sobre a feminização da pobreza. **CADERNO CRH**, v. 21, n. 53, p. 389-404, Maio/Ago. 2008. Salvador. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-49792008000200013>. Acesso em dez de 2011.
- MARCOUX, Alain. The feminization of poverty: claims, facts and data needs. **Population and Development Review**, v. 24, n.1, pp.131-139 march,. 1998.
- MATEO PÉREZ, M.A. **Dos perspectivas metodológicas para la inclusión de la perspectiva de género en el análisis de la pobreza**. *Psicohtema*, 12(2), 2000, pp. 377-381.
- MILOSAVLJEVIC, M. **Panorama sobre las encuestas de uso del tiempo en América Latina**. VI Reunión internacional de expertas y expertos en encuestas sobre uso del tiempo. División de asuntos de la CEPAL, Julio, 2008. Disponível em: http://cedoc.inmujeres.gob.mx/documentos_download/101019.pdf>. Acesso em: 20 fev 2012.
- MOGHADAM, V. The “Feminization of Poverty” and Women’s Human Rights. **SHS Papers in Women’s studies/Gender Research**, n. 2, jul., 2005. Paris: Unesco. Disponível em: http://www.cpahq.org/cpahq/cpadocs/Feminization_of_Poverty.pdf Acesso 30 de junho de 2018.
- MURGUIALDAY, C. **Feminización de la pobreza**. 2006. Disponível em: <http://www.dicc.hegoa.ehu.es/listar/mostrar/99>. Acesso em 1 fev de 2016.
- OAKLEY, Ann. **La mujer discriminada: biología y sociedad**. Madrid: Tribuna Feminista, Editorial Debate 1977 [1972].
- PAULILO, Maria Ignez. O peso do trabalho leve. In: **Mulheres Rurais: quatro décadas de diálogo**. Florianópolis: UFSC, 2016, 386, p. 105-115.
- PEARCE, Diane. **The feminization of poverty: women, work and welfare**. *Urban and Social Change Review*, february. 1978, p.28-36.
- PÉREZ Orozco, Amaia. **Feminización de la pobreza**. Mujeres y recursos económicos. CGT. Comisión Confederal contra la Precariedad, 2003.
- RUBIN, Gayle. The Traffic in Women: Notes on the 'Political Economy' of Sex. In: **The second wave**. A ready in feminist theory. 1975, p. 27 – 62. Disponível em: https://alexys.asian.lsa.umich.edu/courses/readings/Rubin_The%20Traffic%20in%20Women.pdf. Acesso em fev de 2009.
- SAFFIOTI, Heleieth B. **No caminho de um novo paradigma**. Araraquara, SP: Centro de Referência da Mulher Profa. H. Saffioti/Prefeitura Municipal de Araraquara. 2002, 14p. Disponível em: www.araraquara.sp.gov.br/secretariagoverno/pagina_indice.asp?iditem=196. Acesso 17 de junho de 2017.
- SCOTT, J. El género: una categoría útil para el análisis histórico. In: Lamas Marta Compiladora. **El género: la construcción cultural de la diferencia sexual**. PUEG, México. 265-302p.

SEN, Amartya K. **The economics of life and death**. Scientific american, may. 1993. Disponível em: <http://users.wfu.edu/heckeljc/ecn150/LifeandDeath.pdf>. Acesso em 2 dez de 2011.

SEN, Amartya K. e NUSSBAUM, Martha (comp.) **La Calidad de Vida**, Fondo de Cultura Económica. México D.F., 1998, 588 p Disponível em: : <http://polis.revues.org/8073>. Acesso em 2 dez de 2011.

SEN, Gita. Poor Households or Poor Women: Is There a Difference?. In: Sylvia Chant (coord.), **The International Handbook of Gender and Poverty**. Concepts, Research and Policy, Cheltenham, Edward Elgar, 2010, p. 101-104.

TORTOSA, José María. **Pobreza y perspectiva de género**. Barcelona: Icaria, 2001.

_____. (coord.). **Mujeres pobres, indicadores de empobrecimiento en la España de hoy**. Madrid: Fundación Foessa, 2002.

_____. Feminización de la pobreza y perspectiva de género. **Revista Internacional de Organizaciones**, n. 3, p. 71-89, 2009. Disponível em: www.revista-rio.org/index.php/revista_rio/article/download. Acesso em 12 dez de 2011.

VALLS, Francesc e BELZUNEGUI, Ángel. **La pobreza en España desde una perspectiva de género**. VII Informe sobre Exclusión y desarrollo social en España 2014. Fundación FOESSA. Disponível em: www.foessa2014.es/informe/.../15102014141447_8007.pdf. Com acesso em: 30 de junho de 2018.

_____. La ocultación de la cuestión de género en las estadísticas sobre pobreza. **Revista de conocimiento y análisis social**. n. 21, septiembre, 2017. Barcelona Societat Editora Albert Sales. 104 páginas. Disponível em: <http://ajuntament.barcelona.cat/dretssocials/sites/default/files/revista-castellano/revista-barcelona-societat-21-cast.pdf> Com acesso em: 30 de junho de 2018.

YOUNG, Alford. **New Life for an Old Concept**: Frame Analysis and the reinvigoration of Studies in Culture and Poverty. *The annals of the American Academy of political and Social Science*, 629 (2010), p. 53-73. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/40607608>. Acesso em 22 de nov de 2014.

Recebido em: 19 de agosto de 2019.

Aprovado em: 10 de dezembro de 2019.